Orçamento da União: Cr\$ 24 trilhões em 91.

A Comissão Mista de Orçamento deve aprovar hoje o projeto de Orçamento da União para 1991, que estima as receitas e fixa as despesas em Cr\$ 24,4 trilhões a preços atuais (o projeto do Executivo, de Cr\$ 8,6 trilhões, estava a preços de maio). O relator geral do projeto, deputado João Alves (PFL-BA), aprovou a nova estimativa de receita e de despesas apresentada por um dos relatores parciais, deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), de Cr\$ 750 bilhões. O projeto original, acrescido desse valor, somou Cr\$ 9,4 trilhões, a preços de maio.

Enquanto os deputados e senadores aguardavam ontem à noite as cópias do relatório final de Alves — que o Prodasen só deve entregar hoje —, o deputado José Serra (PSDB-SP) colocou em dúvida, mais uma vez, os números apresentados pelo Executivo. Segundo o deputado, o governo escondeu grande parte dos encargos com a dívida mobiliária, “camuflando um déficit operacional da União” para o ano que vem. A preços de dezembro de 1991, o orçamento totalizará Cr\$ 52,8 trilhões, porque o relator previu para o ano uma inflação de 460%.

Serra criticou também o fato de a comissão ter acolhido a no-

va estimativa de receita e de despesas, feita pelo deputado Nyder Barbosa. Para ele, é pouco provável que o governo concretize uma parte da receita prevista na mensagem original enviada ao Congresso. Observou que essas previsões, tanto do governo como da comissão, são frágeis porque não levam em consideração a queda das atividades econômicas, uma consequência do processo recessivo.

O deputado contestou ainda a previsão do governo de aumentar a arrecadação da Previdência, em 1991, 18% em termos reais (acima da inflação). “Isso é irreal numa conjuntura de aperto salarial e forte queda do emprego”, argumentou.

A intenção do presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), era aprovar o relatório final do projeto orçamentário ontem à noite para encaminhá-lo hoje à Mesa do Congresso. O plenário do Congresso tem de votar a lei orçamentária até o último dia da sessão legislativa, que se encerra amanhã. A votação do relatório, contudo, só poderá ser feita hoje. O atraso se deve ao serviço do Prodasen, que não conseguiu tirar todas as cópias do relatório e nem os anexos contendo mais de 15 mil emendas.